

**EUROPA, ESTADOS UNIDOS
E A GESTÃO DE CONFLITOS**

© Fundação Friedrich Ebert

Título original:

Europa, Estados Unidos e a Gestão de Conflitos

Composição:

Alfanumérico, Lda.

Impressão:

Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

Depósito legal n.º 237 542/06

ISBN: 989-8005-00-9

FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT

Av. Sidónio Pais, 16-1.º Dto.

1050-215 Lisboa

e-mail: info@feslisbon.org

Telef. 21 357 33 75/357 34 93 • Fax 21 357 34 22

Ricardo Migueis (org.)
Ana Pinto • André Barrinha
Bruno Reis • Miguel Henriques
Pedro Caldeira Rodrigues • Teresa Cravo

EUROPA, ESTADOS UNIDOS E A GESTÃO DE CONFLITOS

FRIEDRICH FUNDAÇÃO
EBERT  **FRIEDRICH**
STIFTUNG **EBERT**

Índice

| | |
|---|----|
| Prefácio — REINHARD NAUMANN | 7 |
| Europa, Estados Unidos e a gestão de conflitos | |
| RICARDO MIGUEIS | 9 |
| As relações transatlânticas e o conflito israelo-palestiniano | |
| ANA SANTOS PINTO | 17 |
| União Europeia, Estados Unidos e o conflito curdo na Turquia | |
| ANDRÉ BARRINHA | 27 |
| Percepções transatlânticas sobre o conflito e a paz na Colômbia | |
| MIGUEL BARRETO HENRIQUES | 39 |
| 2006, um ano decisivo para os «Balcãs Ocidentais» | |
| PEDRO CALDEIRA RODRIGUES | 49 |
| Os Estados Unidos e a União Europeia face ao conflito sudanês: convergências e divergências de interesses e estratégias | |
| TERESA DE ALMEIDA CRAVO | 63 |
| Europa e EUA na era dos conflitos assimétricos: choque de culturas estratégicas? | |
| BRUNO CARDOSO REIS | 77 |

União Europeia, Estados Unidos e o conflito curdo na Turquia

ANDRÉ BARRINHA*

Desde Junho de 2004 que o conflito entre o estado turco e o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) regressou oficialmente ao sudeste da Turquia. Numa altura em que decorre o processo de adesão da Turquia à UE e em que a guerra do Iraque continua a dividir americanos e europeus, a dimensão armada do conflito curdo vem levantar questões relativamente ao relacionamento do triângulo Turquia-UE-EUA. O que tem sido feito por estes actores e as consequências dos seus actos é o que pretendemos trazer aqui à discussão.

Os Curdos na Turquia

Principal minoria do país (entre 10 a 12 milhões de pessoas), os curdos estão espalhados um pouco por toda a Turquia, com boa parte perfeitamente integrada na sociedade turca¹. Todavia, é no

* Doutorando em Relações Internacionais na Universidade de Coimbra.

¹ Na Turquia, estamos perante uma minoria muito heterogénea, podendo facilmente encontrar-se turcos de origem curda nos mais altos cargos da sociedade turca. Na verdade, existem muitos curdos perfeitamente integrados na sociedade

economicamente desfavorecido sudeste do país que se encontra a sua base étnica e onde ainda se regista a maior concentração populacional de origem curda. Do sudeste turco, os curdos estendem-se ainda pelo Irão, Iraque e Síria², formando o imaginário espaço do Curdistão.

Apesar de nunca reconhecido como tal até ao início dos anos 1990 (Sommer, 2002: 85), o problema curdo é uma realidade desde a década de 1920, momento em que começaram a surgir os primeiros sinais de descontentamento da não reconhecida minoria curda (Bozarslan, 2004: 81). Somente nas décadas de 1960-1970 é que tais dinâmicas começaram a ganhar algum relevo no contexto de uma sociedade turca então marcada pela polarização social consequente dos movimentos migratórios de Este para as cidades ocidentais da Turquia e do aumento do nível de escolaridade. Estes dois fenómenos, permitindo à população perceber melhor as disparidades sociais existentes no país — em especial o caso dos emigrantes curdos (Cornell, 2001: 39) — têm como consequência o surgimento, um pouco por todo o país, de diversos movimentos revolucionários, entre eles o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), liderado por Abdullah Öcalan.

Composto por jovens curdos, o PKK alicerçou uma agenda reivindicativa marxista-leninista à sua condição de movimento curdo, reivindicando a separação/autonomia do sudeste turco do resto do país³. A radicalização do movimento foi acelerada pelo golpe militar de 1980, levado a cabo com o objectivo explícito de erradicar todas as actividades políticas para lá do «aceitável» (Barkey e Fuller, 1998: 16). Esta radicalização materializou-se em pequenos ataques a forças de segurança turcas a partir de 1984,

turca — bastou-lhes, para isso, não reclamarem os seus direitos enquanto curdos (Cornell, 2001: 32).

² Existem ainda comunidades curdas na Geórgia e Azerbeijão.

³ Não é totalmente clara a agenda política do PKK, oscilante entre o federalismo e o separatismo total (Barkey, 1993: 53).

que, dobrando e intensificando a sua frequência, acabam por marcar o início de uma nova fase do problema curdo. Uma até então secundarizada questão étnico-política passou a ser um problema também de insurreição armada com consequências visíveis — mais de 35 mil mortos e centenas de milhares de deslocados num espaço de 15 anos.

A dimensão violenta do conflito

O conflito com o PKK está longe de ser um problema meramente interno. Apesar de actuar na Turquia, as suas bases e fontes de financiamento situam-se, na sua maioria, fora das fronteiras turcas, desde logo entre a diáspora curda — consequência das más condições de vida no sudeste turco — residentes na Europa ocidental, fonte de financiamento e mão-de-obra do PKK. Contudo, o principal apoio provinha, até 1998, de Damasco. Este apoio surge como resposta indirecta da Síria às disputas territoriais com Ancara⁴ mas, sobretudo, às boas relações existentes entre a Turquia e Israel (Gokcek, 2002). Também o Irão e a Grécia (Mango, 2005) foram tidos como financiadores das actividades do PKK, mostrando a complexidade do posicionamento estratégico da Turquia.

Apesar de todos estes apoios ao PKK, Ancara conseguiu, após 25 anos de combates, diminuir consideravelmente o seu poder. As forças de segurança turcas foram aprendendo com os erros iniciais dos anos de 1980, tornando-se muito mais eficazes com o decorrer da década de 1990 (Cornell, 2001: 42). A captura de Öcalan ditaria o declarar de um cessar-fogo unilateral por parte do PKK em Agosto de 1999 e, em 2002, o abandono oficial da luta armada, tendo o conflito passado para o campo político. O PKK

⁴ Damasco reclama a província de Hatay e está contra o projecto para o sul da Anatólia, por este diminuir os caudais do Tigre e Eufrates, curiosamente, um projecto extremamente benéfico para o Sudeste da Turquia.

foi, inclusive, rebaptizado de Congresso para a Liberdade e Democracia do Curdistão (KADEK) e mais tarde, em Novembro de 2003, de KONGRA-GEL. Apesar de tudo, o cessar-fogo seria, na prática, quebrado em Setembro de 2003 por uma facção do PKK, que decidiu prosseguir a sua luta, que, embora numa intensidade extremamente baixa, se mostrou bastante persistente. Em Maio de 2004, o líder do KONGRA-GEL, Zübeyir Aydar, a partir do norte do Iraque, terminou com um cessar-fogo que na realidade não existia. Durante 2005 morreram mais de 150 pessoas, entre forças de segurança, civis e militantes do PKK, à custa das suas incursões na Turquia a partir do norte do Iraque. Actualmente, de acordo com as estimativas das forças armadas turcas o PKK/KADEK/KONGRA-GEL⁵, para além dos quase 2 mil membros do movimento destacados na Turquia, esconde nas montanhas iraquianas cerca de 3 mil homens.

O impacto da UE no conflito curdo

A questão curda teve sempre o seu espaço na agenda das relações Turquia-UE. A opinião pública europeia sempre considerou impraticável a adesão da Turquia, enquanto o problema curdo não fosse resolvido, incluindo a sua dimensão violenta. Com efeito, o problema foi inclusivamente levantado pelo então chanceler alemão, Helmut Kohl, durante a cimeira do Luxemburgo, em 1997 (Barchard, 1998: 20), bem como por Gunther Verheugen, comissário europeu responsável pela pasta do alargamento, aquando de uma visita a Ancara em Março de 2000 (Aydinli, 2002: 212).

Para os turcos, no entanto, o problema coloca-se num outro patamar. Para além do crónico receio de desintegração do país,

⁵ Por uma questão de facilidade de leitura, de aqui em diante usaremos simplesmente a sigla PKK.

existe uma crónica suspeição em relação ao comportamento europeu face ao problema curdo (*idem*: 219). Essa suspeição deriva das facilidades concedidas, por parte de vários países europeus, à organização de eventos curdos; da possibilidade de transmissão por satélite de um canal de televisão do PKK com sede na Bélgica e mais tarde na Dinamarca; da facilidade de envio das remessas dos emigrantes para financiamento do PKK; e, por fim, das constantes críticas, principalmente por parte do Parlamento Europeu (Biscop, 2002), ao comportamento de Ancara. Contudo, esta percepção recua a questões muito mais antigas — ao síndrome de Sèvres, que continua a afectar a forma como a Turquia olha para a Europa (Kirisci, 1998: 76).

Na verdade, este comportamento ambíguo, por parte da UE e seus Estados membros, fez com que até 1999 a sua influência em Ancara fosse quase nula. Paradoxalmente, o enfraquecimento por via da acção e força do PKK facilitou a criação de um ambiente mais propício à implementação das reformas exigidas por Bruxelas (Keyman, 2003: 15), o que não deixa de ser incómodo para uma UE que ao longo do conflito mostrou, por diversas vezes, o seu desagrado relativamente aos métodos utilizados por Ancara (ver CE, 1998: 9).

Apesar de em Agosto de 2002 o Parlamento turco ter aprovado algumas mudanças fundamentais, como o fim da pena de morte em tempo de paz, e o direito à retransmissão e educação noutras línguas que não o turco, a grande mudança verificar-se-ia com a eleição, em Novembro, do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), partido democrata-muçulmano, que não só quebrou a hegemonia dos partidos do centro, como obteve, pela primeira vez no sistema político turco, uma maioria absoluta, o que lhe garantiu a estabilidade suficiente para enfrentar as medidas exigidas por Bruxelas.

As zonas de emergência criadas a partir de 1987, para fazer face à insurreição do PKK, e que se viriam a tornar no principal meca-

nismo de opressão da população curda, seriam progressivamente desmanteladas, tendo as últimas restrições sido levantadas em 2003. Depois de diversos obstáculos impostos à implementação das reformas tomadas entre Agosto de 2002 e de 2003, a língua curda pôde, finalmente em 2004, começar a ser aprendida em escolas privadas e transmitida na televisão⁶, se bem que ainda sob fortes restrições. As torturas, prisões arbitrárias, e perseguições diminuíram drasticamente; as populações deslocadas começaram, aos poucos, a voltar às suas terras, no âmbito de um programa governamental especialmente concebido para os deslocados do sudeste turco.

Contudo, inúmeros problemas persistem na região, ainda fortemente militarizada. Os quase 60 mil «guardas de vilas», milícias pagas e mantidas por Ancara, continuam no exercício das suas funções, apesar das inúmeras acusações de violações de direitos humanos, criminalidade e corrupção.

Em suma, a UE parece estar a obter resultados visíveis ao nível dos direitos culturais, sendo que a sua influência nas outras áreas da dimensão étnico-política — económico-social e política, parecem não avançar à mesma velocidade.

A ausência norte-americana

O envolvimento dos EUA no conflito entre Ancara e o PKK tem sido bastante diminuto. Apesar de se situar num espaço considerado vital para Washington (envolve Síria, Iraque e Irão), a abordagem norte-americana tem sido a de separar o problema dos curdos na Turquia, com o dos seus vizinhos. Na verdade, aquando do reacendimento das hostilidades por parte do PKK, provenientes do Norte do Iraque, a resposta dos EUA foi a de separar as questões, dizendo que o seu enorme esforço de guerra

⁶ Só a 9 de Julho de 2004 foi transmitido o primeiro programa em língua curda.

no Iraque não lhe permitia combater o PKK no curto-prazo, até porque poderia desestabilizar a região menos instável do Iraque. Isto, apesar de na cimeira da NATO, em Istambul em Junho de 2004, George W. Bush ter prometido ao primeiro-ministro turco, Erdogan, fazer os possíveis para eliminar a ameaça do PKK.

Os últimos meses têm visto, no entanto, uma atitude mais pró-activa dos EUA. Em Fevereiro de 2005, a secretária de estado norte-americana, Condoleeza Rice, afirmou mesmo que «quer seja a Al-Qaida ou o PKK, o terrorismo é um instrumento não aceitável no mundo moderno» (Rubin, 2005). Contudo, essa ameaça não se parece consubstanciar em dinâmicas activas de combate ao movimento. O corte das fontes de financiamento parece ser o instrumento preferencial dos EUA para combater o PKK. São, contudo, medidas que não passam para o terreno que os turcos gostariam — o norte do Iraque. Em Agosto, um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Turquia disse ao *Turkish Daily News* (24 de Agosto de 2005): «Como parte das nossas consultas junto dos EUA, discutimos recentemente o que podia ser feito contra a presença do PKK no norte do Iraque. Infelizmente, o que os americanos dizem fica aquém das nossas expectativas». Isto, apesar de, em Julho passado, os EUA terem dado ordem de captura no Iraque aos líderes do PKK no país.

Este comportamento pouco comprometido dos EUA face ao problema do PKK tem servido para exacerbar os sentimentos de anti-americanismo na Turquia. Segundo Tulin Daloglu (2005), o anti-americanismo na Turquia deve-se muito mais à inacção americana face ao PKK, que à lógica ou legitimidade da guerra no Iraque. Na verdade, em Ancara pensa-se que boa parte da renitência norte-americana em actuar de forma decidida contra o PKK tem origem na recusa turca em colaborar com os EUA na invasão do Iraque, apesar de *a posteriori* terem aberto o seu espaço aéreo e participado activamente no esforço de reconstrução do país. Curiosamente, um dos caminhos seguidos por Ancara tem sido a

cooperação com quem os EUA menos gostam, Síria e Irão. Apesar de estes países terem, no passado, apoiado o PKK, os receios de desestabilização nos seus países tem incrementado a cooperação com Ancara. No último ano, por exemplo, o Irão extraditou mais de 20 elementos do PKK, depois de ter incluído a organização na sua lista de movimentos terroristas. Também a Síria, com quem a Turquia tem vindo a ter melhores relações nos últimos anos, entregou em 2004, 59 alegados membros do PKK à Turquia.

Conclusão

Apesar de indesmentível o impacto positivo do Alargamento no conflito, é igualmente visível uma notória incapacidade, por parte da UE, em alcançar uma mais imediata paz negativa. Por outras palavras, a UE conseguiu em 5 anos obter resultados relativos no reconhecimento dos direitos da minoria curda. Não conseguiu contudo, em 40 anos de relacionamento bilateral com a Turquia, encontrar uma forma de resolução do problema do PKK que não obrigasse à deslocação de centenas de milhares de pessoas e à morte de mais de 35 mil.

Em boa verdade, a UE nunca assegurou os turcos de que os iria ajudar a ultrapassar o problema militar curdo (Aydinli, 2002: 222), insistindo somente na dimensão étnico-política do problema. A consequência foi a criação, em paralelo, de uma sociedade turca «europeizada», mas céptica relativamente ao papel da UE na questão curda. Se Ancara cometeu o erro de ignorar a dimensão étnico-política do conflito, Bruxelas ignorou a dimensão violenta do mesmo. Contudo, como referiu o PKK no levantar de mais um cessar-fogo em Outubro, assim como Selahtin Demitras, presidente da Associação de Direitos do Homem de Diyarbakir, o problema curdo é agora também um problema da União Europeia.

Por parte dos EUA, a sua ausência face ao problema do PKK, quando tem tido uma política muito activa no que concerne à

vizinhança e em especial aos curdos do norte do Iraque, em nada contribuíram para a resolução do conflito, permitindo mesmo a criação de bases no Norte do Iraque que têm servido para atacar Ancara.

Apesar do problema curdo ter claras implicações para EUA e UE, a cooperação entre os dois lados do Atlântico para a resolução do conflito tem sido uma não-questão. Neste conflito, a Aliança Transatlântica não existe⁷, o que é interessante de constatar, tendo em conta que estamos perante um conflito que se desenrola no mais explosivo vértice da segurança internacional: Irão, Iraque, Síria e Turquia.

Referências bibliográficas

- ALPHER, Joseph (2000), «The Political Role of the EU in the Middle East: Israeli aspirations». In BEHRENDT, Sven and HANELT, Christian (eds.), *Bound to Cooperate: Europe and the Middle East*. Gütersloh: Betelsmann Foundation Publishers, 2000, pp. 193-206.
- AYDINLI, Ersel (2002), «Between Security and Liberalization: Decoding Turkey's Struggle with the PKK», *Security Dialogue*, vol. 33, n.º 2, Junho 2002, pp. 209-225.
- BARCHARD, David (1998), «The PKK and the Kurds» in *Turkey and the European Union*, Centre for European Reform, Londres, pp. 20-23.
- BARKEY, Henri J. (1993), «Turkey's Kurdish Dilemma», *Survival*, vol. 35, n.º 4, Inverno de 1993, pp. 51-70.
- BARKEY, Henri J. e FULLER, Graham E. (1998) *Turkey's Kurdish Question*, Rowman & Littlefield/Carnegie Commission on Preventing Deadly Conflict, Nova Iorque.

⁷ Apesar do PKK fazer, desde 2003, parte da lista de movimentos terroristas da NATO.

- BISCOP, Sven (2002), «Enlargement as a Tool for Conflict Resolution? Security Implications of the European Union's Mediterranean Enlargement», *5th Biennial Conference of the European Community Studies Association*, Toronto, 30 de Maio a 1 de Junho de 2002.
- BOZARSLAN, Hamit (2004), «La Question Kurde. Est-elle Souble dans l'Europe?» In ROY, Olivier (ed.), *La Turquie Aujourd'hui. Un pays européen?*, Universalis, Paris, pp. 81-92.
- COMISSÃO EUROPEIA (1998), *Regular Report on Turkey's Progress Towards Accession*, Bruxelas.
- CORNELL, Svante (2001), «The Kurdish Question in Turkish Politics», *Orbis*, pp. 31-46.
- DALOGLU, Tulin (2005), «Turkey's Kurdish problem», *The Washington Times*, 16 de Agosto.
- GOKCEK, Gulriz Gigi (2002), «Ethnic Conflict and Interstate War: an Analysis of the Kurdish Problem», *International Studies Association Annual Meeting*, New Orleans, 27 de Março de 2002.
- KEYMAN, E. Fuat (2003), «Globalization, European Integration and Turkey», *Second ECPR Conference*, Malburg, Germany, 2003, pp. 18-21.
- KIRISCI, Kemal (1998), «The Kurdish Question and Turkish Foreign Policy», PrivateView, Outono de 1998, pp. 72-78.
- LARRABEE, Stephen e LESSER, Ian (2003), «Turkey and Europe» in *Turkish Foreign Policy in a Age of Uncertainty*, RAND, Santa Mónica, pp. 45-70.
- MANGO, Andrew (2005), *Turkey and the War on Terror*, Routledge, Londres.
- RUBIN, Michael (2005), «The Same War», *New York Sun*, 3 de Novembro.
- TURKISH DAILY NEWS (2005), «Ankara 'directionless' as US row over PKK deepens», 24 de Agosto.
- U.S. STATE DEPARTMENT (2004), «Turkey» in *Country Reports on Human Rights Practices 2003*, www.state.gov [10/02/05].

The Turks Today, escrito por Andrew Mango, antigo correspondente da BBC na Turquia, permite introduzir o leitor na realidade da Turquia do século XXI. Na mesma senda encontra-se o livro escrito pelo jornalista do *New York Times*, Stephen Kinzer, «Crescent and Star». Em português, o único livro recente disponível relativo à Turquia foi lançado por José Teixeira Fernandes, *Turquia, Metamorfoses de Identidade*. Para quem estiver interessado em conhecer de forma mais aprofundada o passado dos curdos, *A Modern History of the Kurds* de David McDowell é a melhor fonte possível de informação.

O *Turkish Daily News* (www.turkishdailynews.com.tr) e o *Zaman* (www.zaman.com) são em língua inglesa e permitem um acompanhamento actualizado e aprofundado da realidade turca.

